O que esperamos da COP31

Novembro de 2026

No dia 9 de novembro terá início em Antália, Turquia, a 31ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). É a primeira COP a acontecer após a agressão israelo-americana ao Irã, que causou a maior crise de fornecimento de energia da história e despertou os países para a necessidade de acelerar a transição energética por razões de segurança. É também a primeira COP após a histórica conferência de Santa Marta, quando mais de 50 nações se juntaram pela primeira vez para debater não se, mas como acelerar o abandono dos combustíveis fósseis. E verá a entrega dos mapas do caminho para a transição para longe dos combustíveis fósseis e para o fim do desmatamento, que foram concluídos pela presidência brasileira da COP30 e publicados no último dia 3.

Representantes de 196 países chegam ao balneário turco no auge de um dos El Niños mais fortes da história, que tem tudo para fazer de 2027 o novo recordista na lista de anos mais quentes desde o início das medições. Além da pressão do mundo real e dos tribunais, com a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça qualificando omissão climática como ilícito internacional passível de punição, os delegados também precisarão responder a um relatório aterrorizante do Pnuma[1] (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que afirma não haver garantia alguma de que o aquecimento global retornará a 1,5ºC neste século após a ultrapassagem (*overshoot*) do limite de temperatura do Acordo de Paris, prevista para o final desta década. Os esforços de corte de emissões, alerta o Pnuma, terão de ser muito mais intensos – e complementados com ampla remoção de carbono da atmosfera, o que traz dilemas éticos e tecnológicos.

A presidência da COP, dividida num arranjo inédito entre Turquia (país-sede, que detém o poder de decisão) e Austrália (que preside as negociações, mas não bate o martelo), não parece muito movida pelo senso de urgência. O turco Murat Kurum, presidente da conferência, insiste em que esta é uma "COP de implementação" e resolveu apostar na Agenda de Ação, o segmento informal da conferência que acolhe ações voluntárias de todos os níveis governamentais, do

[1] Unep, 2026, *Limiting Overshoot* - https://www.unep.org/en/publications/report/limiting-overshoot-navigating-exceedance-15degc-and-pathways-towards-return

setor privado e da sociedade civil. Uma das grandes prioridades dos anfitriões é a agenda de resíduos sólidos – assunto de estimação de Emine Erdogan, primeira-dama turca. Já do lado australiano, o ministro de Energia, Chris Bowen, enfrenta tantos problemas políticos dentro de casa que sequer foi autorizado pelo Parlamento a fazer o tradicional tour diplomático pelo mundo para costurar acordos, ouvir os países e suavizar resistências nos meses anteriores à COP.

Nesse "deixa que eu deixo" em que ninguém sobe a barra da ambição, uma agenda palatável para todos foi levantada pela Turquia: eletrificação. Kurum propôs lançar em Antália a meta de aumentar para 35% em 2035 o uso de eletricidade na matriz energética. Em plena crise do petróleo, ninguém pode ser contra, mas o diabo mora nos detalhes: ONGs cobram dos líderes da COP esclarecimentos sobre o que cabe e o que não cabe numa meta de eletrificação, já que a eletricidade pode vir dos combustíveis fósseis em países produtores. A meta de eletrificação deverá integrar uma decisão de capa que a Austrália pretende negociar, juntando cinco outros temas: financiamento para adaptação, emissões de metano, oceanos, resposta ao *overshoot* e resíduos.

Nas negociações formais, a COP31 tem tarefas importantes. A principal é estabelecer o mecanismo de transição justa, conhecido como BAM (Mecanismo de Belém-Antália) que se decidiu criar na COP30. Ele enfrenta resistência de países ricos, que não querem mais uma instituição sob a UNFCCC temendo serem intimados a pagar por ela. Outra é criar a força-tarefa que implementará os indicadores de adaptação, e que precisa estar funcionando ano que vem para que a COP32, na Etiópia, finalize o processo da Meta Global de Adaptação.

Como sempre, o facilitador universal da ação em Antália será o dinheiro. Países africanos querem que saia da COP31 um maior detalhamento sobre a meta de Belém de triplicar o financiamento para adaptação – em outubro, eles propuseram itens novos de agenda sobre isso, que devem ter resistência dos ricos e podem atrasar o início da COP. Por insistência do Brasil, também está na agenda, contra a vontade do Norte Global, um debate sobre o Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático criado pela decisão Mutirão, de Belém. Numa situação de aperto fiscal no mundo todo e de desengajamento da ação climática, a questão financeira promete, mais uma vez, gerar impasse.

As boas notícias políticas tendem a ficar por conta do Brasil e de um ex-membro da UNFCCC, os EUA. Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito num segundo turno dramático, irá a Antália para o segmento de líderes da COP e deverá anunciar também o início da construção do mapa do caminho doméstico do Brasil para superar a

dependência de combustíveis fósseis. Lula já reclamou na ONU este ano do abandono da agenda climática pelos líderes mundiais, e mencionou o assunto em seu discurso de vitória no último dia 25. Mesmo que não repita seu desempenho de 2022, na COP27, o presidente do Brasil pode dar uma injeção de ânimo ao processo multilateral, ferido pela ascensão da extrema-direita.

Nos EUA, a eleição de meio de mandato ocorrida exatamente uma semana antes da COP deu uma vitória maiúscula ao Partido Democrata. Com maioria na Câmara e no Senado, os democratas devem começar a impor freios a Donald Trump, o negacionista climático mais perigoso do mundo. Trump retirou seu país do Acordo de Paris e da Convenção do Clima, portanto os americanos nem podem estar oficialmente representados na reunião na Turquia. Mas certamente estarão representados por parlamentares e governadores, prontos a acenar com o reengajamento do maior emissor histórico do mundo a partir de 2029, quando o pato manco laranja enfim deixar a Casa Branca.

O que a COP31 precisa entregar:

O Observatório do Clima espera que Antália produza progresso real nos seguintes aspectos:

1. Financiamento

a. **Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático:**
Na COP31, o Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático deve ser formalmente ancorado na agenda de negociação, com trajetória clara até a COP32. Seu eixo deve ser a implementação da NCQG (Nova Meta Quantificada Coletiva), em especial o esclarecimento do componente de provisão pública, nos termos do Artigo 9.1, dentro da meta de ao menos US$ 300 bilhões anuais até 2035 – meta que admite múltiplas fontes, mas na qual cabe aos países desenvolvidos a liderança.

b. **Artigo 2.1(c) (alinhamento de fluxos financeiros com a descarbonização):**
A agenda de mobilização de recursos, que envolve a discussão sobre financiamento privado e reforma da arquitetura internacional, deve avançar sob o Artigo 2.1(c), no Diálogo Veredas e nas Xingu Finance

Talks, sem substituir o Artigo 9. A mesa-redonda inaugural das Xingu Talks, em 13 de outubro, durante as Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial em Bangkok, tratou de espaço fiscal e custo de capital, com ênfase em garantias e partilha de riscos; suas conclusões alimentarão o relatório anual do Veredas que deverá ser publicado na COP31. O desafio é levar essa pauta além do chamado "de-risking" (uso de dinheiro público para garantir investimentos privados do risco, como projetos em países pobres) e enfrentar os entraves estruturais para que o financiamento climático chegue até o Sul Global: espaço fiscal restrito, acesso limitado, custo de capital elevado, metodologias das agências de classificação de risco que penalizam a vulnerabilidade e endividamento crescente.

c. **Financiamento para adaptação:**
A Decisão Mutirão conclamou as partes a triplicar o financiamento para adaptação até 2035, mas sem ano-base nem valor de referência, o que compromete sua verificabilidade. A COP31 deve fixar ano-base e piso de US$ 120 bilhões anuais até 2035, providos sobretudo por doações e instrumentos altamente concessionais, vinculados aos 59 Indicadores de Adaptação de Belém, ainda em operacionalização. Como a Meta Global de Adaptação não cria obrigações de provisão de recursos públicos, tipo de fonte necessário a esse tipo de política, o Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático é o espaço mais efetivo para avançar na conversão da triplicação em compromisso verificável dos países desenvolvidos.

d. **Baku-to-Belém Roadmap:**
A Presidência da COP30 apresentará na COP31 uma atualização sobre a implementação do Roteiro de Baku a Belém para US$ 1,3 trilhão, do qual a CMA7 apenas tomou nota. A demanda central é que o documento explicite responsabilidades por ator – países desenvolvidos, bancos multilaterais e setor privado – com marcos verificáveis, e use o poder de convocação da UNFCCC para engajar instituições financeiras e reguladores. Essa articulação não pode diluir nem substituir a obrigação primária de provisão pública dos países desenvolvidos (Art. 9.1): a mobilização é complementar, e a contabilidade deve distinguir claramente provisão e mobilização.

2. Transição justa e seu mecanismo

Para a COP31, uma das principais expectativas da sociedade civil é que as negociações avancem na operacionalização do Mecanismo de Transição Justa estabelecido na COP30, por meio da definição de suas funções, modalidades de atuação e formas de apoio à implementação.

O Observatório do Clima apoia a proposta apresentada pela sociedade civil para que o Mecanismo de Transição Justa, também designado BAM (Mecanismo de Belém-Antália), seja estruturado em três camadas complementares, com responsabilidades, regras de participação e modalidades de funcionamento próprias. São essas:

i. **Assembleia da Transição Justa:** Um espaço aberto e inclusivo, com participação efetiva de povos indígenas, comunidades locais, pessoas afrodescendentes, trabalhadores, mulheres e juventudes, para reunir os atores que implementam a transição justa na prática. Suas funções incluem compartilhar experiências, identificar necessidades e fornecer subsídios para orientar o trabalho das demais instâncias do BAM. Deve também contribuir com conhecimentos, capacidades técnicas e recursos humanos para as iniciativas de transição justa implementadas pelo mecanismo, incluindo a mobilização de recursos e as atividades de conexão entre atores.

ii. **Órgão de governança no âmbito da UNFCCC:** Um novo órgão ou arranjo institucional no âmbito da UNFCCC para assegurar a governança estável, a continuidade e a integração do BAM nos processos da Convenção. Sua composição deverá garantir representação equilibrada entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, bem como a participação efetiva e significativa de observadores e de atores não estatais relevantes, com condições reais de influenciar prioridades e soluções. Caberá a esse órgão definir e priorizar as linhas de trabalho do mecanismo, orientar as atividades da Assembleia e de seus participantes e identificar necessidades de apoio e desenvolvimento de capacidades. Também deverá oferecer orientação estratégica ao BAM e identificar temas e propostas suficientemente amadurecidos para serem submetidos à negociação entre as partes no âmbito da COP, por meio do grupo de contato pertinente. Deverá incluir, ainda, um grupo específico dedicado ao desenvolvimento e à mobilização de recursos, elemento fundamental para viabilizar a implementação da transição justa.

iii. Item de agenda e grupo de contato sobre o BAM: Quando o órgão de governança considerar que determinada questão ou proposta está suficientemente amadurecida para buscar um acordo internacional, deverá encaminhá-la ao processo formal de negociação entre as Partes, por meio do grupo de contato pertinente e dos mecanismos de apresentação de relatórios do BAM. Dessa forma, o mecanismo poderá articular processos de aprendizagem e implementação nos territórios com a negociação e a construção de consensos no âmbito da UNFCCC.

A COP31 deve estabelecer um cronograma claro para a finalização dos elementos restantes necessários à operacionalização do mecanismo. A experiência do Comitê de Transição para o FRLD (Fundo de Resposta a Perdas e Danos) foi fundamental para a obtenção de rápidos avanços. As Partes devem concordar em acelerar o processo de elaboração dos termos de referência para cada órgão e chegar a um acordo sobre sua composição, entre outros aspectos, o que exigirá várias reuniões ao longo de 2027, para que possam adotar um pacote de decisões para implementar o BAM na COP32.

O mecanismo deve reconhecer explicitamente o racismo ambiental como barreira estrutural à transição justa, já que seus custos, riscos e benefícios são distribuídos de forma desigual entre grupos sociais e territórios. Para isso, o trabalho decente deve ser um princípio central, com remuneração digna, proteção social e garantia de direitos trabalhistas, e devem existir critérios de repartição de benefícios e instrumentos de acompanhamento que mostrem se os investimentos reduzem desigualdades raciais, de gênero e territoriais. A transição deve também valorizar quem já contribui para a mitigação, especialmente na economia informal, como catadoras e catadores de materiais recicláveis, com inclusão produtiva, proteção social e fortalecimento de suas organizações coletivas.

Para além do avanço das negociações sobre o Mecanismo de Transição Justa, o OC espera que a revisão do JTWP (Programa de Trabalho sobre Transição Justa) resulte na sua renovação para um novo ciclo, preservando seu caráter inclusivo, participativo e orientado pelas partes, e superando as barreiras que ainda limitam a participação de atores não-partes, fortalecendo sua contribuição para a implementação do Acordo de Paris. Embora os diálogos realizados até o momento tenham ampliado a compreensão sobre as múltiplas dimensões da transição justa, permanece o desafio de transformar conhecimentos, experiências e necessidades identificados em resultados concretos. Assim, espera-se que a renovação do programa aperfeiçoe suas modalidades, fortaleça o acompanhamento dos

resultados dos diálogos e promova maior articulação com outros processos da UNFCCC, especialmente com o novo mecanismo.

3. Adaptação

A COP31 precisa transformar as promessas de adaptação de Belém em decisões operacionais, ou a agenda perderá o ciclo do segundo Balanço Global (GST2). Em Belém, as partes adotaram os 59 Indicadores de Belém, criaram a Visão Belém–Addis (BAV) e se comprometeram a, no mínimo, triplicar o financiamento de adaptação para países em desenvolvimento até 2035.

Em Bonn (SB64), as negociações da Meta Global de Adaptação (GGA) terminaram em Regra 16, sem texto acordado, e a negociação recomeça do zero em Antália. O Fundo de Adaptação também saiu sem decisão. Nos dois casos, o bloqueio tem a mesma raiz: a recusa dos países desenvolvidos em assumir compromissos concretos de financiamento. Também houve impasse sobre a composição da força-tarefa da Visão Belém-Addis e a definição de seu plano de trabalho, essenciais para refinar os 59 indicadores, o que impõe um desafio de agilidade e clareza para as negociações da GGA na COP31.

Meta Global de Adaptação – GGA

O OC defende que Antália conclua a decisão sobre a Meta Global de Adaptação agregando três resultados: a força-tarefa do BAV criada, a triplicação do financiamento ancorada no texto e os indicadores orientados pela equidade. Sem a força-tarefa na COP31, não haverá guia de operacionalização pronto para Addis Abeba (COP32), e os indicadores chegarão tarde ao GST2, impactando diretamente na capacidade de implementação dos países em desenvolvimento. Para isso, recomendamos:

a) **Força-tarefa da Visão Belém–Addis:** Apoiamos uma composição mista com parte das cadeiras indicadas pelas regiões e parte preenchida pelos órgãos subsidiários com especialistas, inclusive não governamentais. Os grupos constituintes representativos das populações vulnerabilizadas (incluindo as de mulheres e gênero, povos indígenas e juventudes) devem ter assento, não apenas para consulta, mas contribuições diretas no que diz respeito ao teste de indicadores, apoiando no controle social e refinamento dos indicadores. As agências da ONU podem apoiar como secretariado técnico da força-tarefa, preservando a

condução pelas Partes e não se restringindo como única fonte de expertise, respeitando as contribuições dos diferentes stakeholders, incluindo sociedade civil. As experiências de teste dos indicadores já em curso, como a brasileira, devem alimentar o trabalho desde o início, oferecendo espaços de trocas para avaliação dos desafios e oportunidades mapeados. Os termos de referência devem prever cooperação específica com os países menos desenvolvidos (LDCs) para construir sistemas de metadados e de monitoramento e avaliação, hoje o principal gargalo desses países.

b) **Triplicação do financiamento:**
A promessa de triplicar o financiamento até 2035 deve constar na decisão da COP31, reforçando a linguagem já aprovada na decisão Mutirão da COP30. Defendemos uma resposta transversal: a triplicação deve aparecer nas decisões finais do GGA, nas orientações aos fundos e no programa de trabalho do Artigo 9, garantindo vinculação direta com a implementação da Meta Global de Adaptação no qual há direcionamento direto do que deve ser financiado, bem como o seu acompanhamento.O compromisso precisa de linha de base clara, trajetória até 2035 e mecanismo de prestação de contas. Apoiamos o parâmetro mínimo defendido pelos países do G77+China de US$ 120 bilhões por ano, reconhecendo a necessidade de responder à lacuna apontada pelos estudos disponíveis. O financiamento deve ser majoritariamente público e em doações, sem ampliar o endividamento. Rejeitamos que soluções baseadas em empréstimos e seguros transfiram para governos locais e comunidades o custo da adaptação.

c) **Indicadores com dados desagregados e conhecimentos tradicionais:**
O guia de operacionalização deve reforçar a adoção de dados desagregados por raça, etnia, gênero, idade, renda e território, no âmbito do BAV, visando ao monitoramento multidimensional e à produção de índices de vulnerabilidade global. Os sistemas de conhecimento tradicionais, incluindo os de povos indígenas e de comunidades afrodescendentes e quilombolas, bem como de outras comunidades tradicionais e locais, devem ser reconhecidos como fonte legítima de evidência, em diálogo com a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP). Os indicadores devem medir a adaptação liderada localmente, baseada em comunidades e a participação social nos planos nacionais de adaptação (NAPs).

d) **Roteiro de Adaptação de Baku (BAR) e ciência:** O BAR não pode ficar parado à espera do GST2. Ele deve dar coerência às frentes de adaptação e preparar a revisão do Marco dos Emirados Árabes Unidos. O planejamento da adaptação deve se basear na melhor ciência disponível, com o IPCC no centro. Aceitar cenários de 3°C como referência normaliza o fracasso da mitigação. A resposta ao *overshoot* deve vir com mais ambição e mais recursos, não com metas rebaixadas que intensificam os impactos dos eventos climáticos extremos.

Planos Nacionais de Adaptação (NAPs)

OC defende que a COP31 produza uma decisão para os Planos Nacionais de Adaptação que direcionam uma linguagem forte em relação aos Meios de Implementação (MOI) e garantam coerência com a GGA, especialmente no que diz respeito aos Indicadores de Adaptação de Belém (BAI). Para isso, recomendamos:

- **Meios de implementação garantidos**. A decisão deve reconhecer que a maior parte dos países em desenvolvimento já tem NAPs, mas não tem recursos para implementá-los. Pedimos compromissos de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, ligados à triplicação até 2035.
- **Do plano ao projeto**. O Green Climate Fund, o Fundo de Adaptação e o GEF devem receber orientação para apoiar a passagem dos NAPs a carteiras de projetos financiáveis, com prazos de acesso mais curtos e prioridade para doações.
- **Coerência com os BAI**. Os NAPs devem usar os Indicadores de Belém no monitoramento e na avaliação e informar o GST2. Isso exige apoio aos sistemas nacionais de dados, sobretudo nos LDCs e nos pequenos Estados insulares (Sids).
- **Equidade e território**. Os NAPs devem produzir dados desagregados por raça, etnia, gênero e território e priorizar populações negras, indígenas, quilombolas, periféricas e comunidades tradicionais.
- **Do nacional ao local.** A decisão deve incentivar a articulação com os planos subnacionais e municipais, com recursos que cheguem aos governos locais e às organizações comunitárias.
- **Participação social.** Elaboração, revisão e monitoramento dos NAPs devem ter participação efetiva da sociedade civil e consulta livre, prévia e informada, com reconhecimento dos conhecimentos tradicionais,

incluindo os de povos indígenas e de comunidades afrodescendentes e quilombolas, bem como de outras comunidades tradicionais e locais.

Fundo de Adaptação

O OC defende que Antália conclua a transição do Fundo de Adaptação para servir exclusivamente ao Acordo de Paris, sem condicioná-la à disputa sobre a composição do Conselho. Com o mecanismo do Artigo 6.4 já operando, cada sessão sem decisão atrasa recursos que pertencem aos países mais vulneráveis. Para isso, recomendamos:

- **Transição, composição do Conselho e quinta revisão devem ser tratadas em decisões separadas**, como defendem o G77/China, os LDCs, a AOSIS, a AILAC e o Grupo Africano. Usar a composição do Conselho para reabrir quem é país desenvolvido mantém o financiamento da adaptação refém.
- **Monetização rápida da parcela de receitas (*share of proceeds*):** A transferência dos 5% das unidades do Artigo 6.4 ao Fundo deve começar logo após a transição. Essa receita complementa as contribuições públicas e não pode servir de pretexto para reduzi-las.
- **Contribuições novas e previsíveis:** Os países desenvolvidos devem anunciar em Antália contribuições plurianuais em doações, compatíveis com a triplicação e com a estratégia de mobilização de recursos 2026–2029 do Fundo.
- **Acesso direto e adaptação liderada localmente:** O acesso direto e o acesso direto ampliado são o diferencial do Fundo e devem crescer. A quinta revisão deve avaliar quanto dos recursos chega a organizações comunitárias, mulheres, povos indígenas, populações afrodescendentes, comunidades tradicionais e agricultores familiares, e criar metas para ampliar essa fatia.
- **Salvaguardas e participação:** Os projetos devem garantir consulta livre, prévia e informada e ter mecanismos de queixa acessíveis. A sociedade civil deve ter participação efetiva nas reuniões do Conselho, a partir da nomeação formal das constituencies representativas das populações vulnerabilizadas.

4. Programa de Trabalho sobre Mitigação

A COP31 deve dar continuidade e fortalecer o Programa de Trabalho sobre Mitigação (MWP) para além de 2026, com um mandato atualizado que fortaleça sua capacidade de promover a ambição e apoiar a implementação de ações de mitigação, capaz de contribuir significativamente para a mitigação climática e a limitação do aquecimento à meta de 1.5°C, minimizando a magnitude e a duração do *overshoot*. Portanto, a COP31 deve:

- Estabelecer um mandato reforçado para o período pós-2026, alinhado aos ciclos do GST e das NDCs, com horizonte plurianual e revisões periódicas de efetividade, especialmente após a conclusão do GST2, priorizando soluções que contribuam para reduzir a lacuna de mitigação até 2030;
- Garantir que as conclusões e recomendações substantivas dos diálogos sejam sistematicamente refletidas nas decisões do MWP;
- Elaborar um Relatório de Síntese da Implementação do MWP para o GST2, com base nos Diálogos Globais e nos Eventos Focados em Investimento, e identificando oportunidades de mitigação, barreiras, condições propícias e lacunas em financiamento, tecnologia e capacidade, bem como experiências e soluções que possam contribuir para ampliar a ambição e apoiar a implementação das NDCs;
- Adotar um roteiro temático plurianual focado em setores sistêmicos de alto impacto, alinhado às conclusões do GST, com temas suficientemente específicos para permitir discussões técnicas aprofundadas, maior preparação nos diálogos, participação de especialistas e continuidade dos trabalhos entre as sessões, incluindo perspectivas regionais;
- Fortalecer os Eventos Focados em Investimento, ampliando sua capacidade de conectar oportunidades de mitigação a fontes de financiamento, assistência técnica e instituições capazes de apoiar a implementação de projetos, especialmente em países em desenvolvimento, como atores do sistema internacional financeiro, bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, ministérios de finanças, especialistas técnicos, filantropias, academia, sociedade civil, organizações de base comunitária e outras;
- Estabelecer um mecanismo de acompanhamento de parcerias voluntárias para fortalecer a prestação de contas e o impacto dos Eventos Focados em Investimentos, com transparência, critérios de integridade socioambiental, e indicadores que permitam avaliar a efetividade do MWP na mobilização de cooperação, assistência técnica e financiamento;

- Articular o MWP com a implementação das NDCs, estratégias de longo prazo (LTS), o GST2, o Acelerador Global de Implementação, a Missão Belém 1.5 , o futuro Mecanismo de Transição Justa e o Programa de Trabalho para a Transição Justa, garantindo, ao mesmo tempo, uma participação significativa e equitativa e promovendo a complementaridade entre esses processos, respeitando seus respectivos mandatos e evitando a duplicação de esforços;

- Continuar e fortalecer o MWP com um mandato atualizado e focado na implementação, garantindo que quaisquer propostas promovam meios de implementação e cooperação internacional, em consonância com a repartição justa e a equidade, e conduzam o MWP do diálogo para a implementação concreta.

- Avançar na operacionalização da conexão entre o MWP e a Plataforma de Abordagens Não-Mercadológicas do Artigo 6.8, conforme encaminhamento da COP30, aperfeiçoando as funcionalidades de registro de iniciativas e projetos elegíveis, identificação de necessidades de apoio e conexão com potenciais parceiros, sem alterar os critérios aplicáveis às abordagens não mercadológicas e buscando interoperabilidade com outras plataformas existentes.

- Estabelecer mecanismos de articulação entre o MWP e Agenda de Ação, com a participação dos Campeões de Alto Nível para identificar iniciativas da Agenda de Ação relacionadas aos temas dos Diálogos Globais; envolver seus representantes nos Diálogos e nos Eventos Focados em Investimento, facilitando a conexão entre oportunidades de mitigação, projetos e potenciais parceiros. e utilizar experiências e resultados dessas iniciativas para subsidiar diálogos subsequentes, identificar barreiras à implementação e evitar a duplicação de esforços e de mecanismos de acompanhamento.

O MWP renovado deve passar de um programa de identificação de oportunidades de mitigação para um programa de que viabilize a implementação pragmática do Acordo de Paris, tendo a ampliação da ambição climática como objetivo indissociável desse processo.

5. Balanço Global (GST2)

Começa na COP31 o processo de dois anos do segundo balanço global (com conclusão na COP33, em 2028), com início da fase de coleta de dados e preparação. O segundo balanço terá que refletir necessariamente que o mundo irá ultrapassar o limite técnico e legal de limitar o aquecimento global a 1,5ºC (*overshoot*) e chegar, no cenário mais otimista, a pelo menos 1,8ºC, e o que é preciso fazer para limitar essa ultrapassagem ao menor período de tempo possível e trazer a temperatura de volta a 1.5ºC. Também não pode retroceder em relação ao GST1, devendo ampliar a ambição para que esta seja refletida na próxima rodada de NDCs.

Há lições aprendidas com o primeiro balanço global que devem ser consideradas no segundo. A primeira delas é que o balanço precisa ir além de medir a distância entre promessas e resultados: ele deve examinar por que os compromissos não estão sendo cumpridos, incluindo a insuficiência de financiamento, as barreiras institucionais e a falta de vontade política.

A sociedade civil também espera que o GST2 corrija os desequilíbrios do primeiro balanço, especialmente na avaliação do financiamento e do apoio efetivamente disponibilizados aos países em desenvolvimento, bem como de sua adequação às necessidades crescentes de adaptação e resposta a perdas e danos. Reforçamos também o entendimento que as conclusões da fase técnica devem ser explicitamente incluídas na decisão do GST2 (COP33), com um mandato claro e um mecanismo para ação coletiva e seu acompanhamento para fortalecer a implementação do GST.

Por outro lado, algumas experiências boas do GST1 devem ser mantidas e até mesmo ampliadas. Uma delas diz respeito à participação. Em Belém, as Partes apenas "incentivaram" a participação significativa de partes interessadas – que não são partes da Convenção, países – no GST2. Contribuições escritas em um portal online não constituem participação significativa e no GST1 tivemos debates abertos no modelo de "world café" que foram muito positivos. É preciso replicar esse modelo participativo e ampliá-lo. Por exemplo, solicitamos ao Secretariado da UNFCCC que aceite contribuições em todos os idiomas da ONU e em formatos não escritos, que apoie colaboradores do Sul Global, comunidades locais e povos indígenas, e que garanta tempo de uso da palavra aos observadores em todas as fases. Apoiamos ainda a proposta de realização de Assembleias Populares do GST em todos os continentes em 2027 e no início de 2028, reunindo cidadãos, comunidades da linha de frente, defensores dos direitos humanos ambientais e

povos indígenas em diálogo com cientistas e negociadores, aproveitando a experiência e os resultados do Balanço Ético Global (BEG), iniciativa lançada no contexto da COP30, de modo a dar continuidade à escuta ética e planetária sobre a crise climática e aprofundar a reflexão coletiva sobre os obstáculos à implementação do Acordo de Paris. As conclusões dessas assembleias, juntamente com as contribuições do BEG, deverão ser reconhecidas como fontes de informação para o GST2, fortalecendo a participação social e incorporando perspectivas éticas, de equidade e de justiça climática à avaliação do progresso coletivo.

Antália também precisa deixar um legado de proteção à integridade científica e política do processo. O GST2 deve contar com a melhor ciência disponível, em tempo hábil para orientar suas conclusões em 2028. Os problemas de equidade na produção científica são estruturais e precisam ser enfrentados, mas isso não pode servir de justificativa para atrasar ou enfraquecer a contribuição do IPCC ao Balanço Global. Por isso, clamamos para que os países expressamente apoiem o alinhamento total do cronograma dos três grupos de trabalho do Sétimo Relatório de Avaliação (AR7) do IPCC com o cronograma do segundo balanço global.

6. Transição para longe dos combustíveis fósseis e eletrificação

A COP31 será julgada, dentre outras coisas, pela maneira como ela avança na transição equitativa para longe dos combustíveis fósseis (eTaff). Não há, até o momento, um claro processo ou liderança para dar continuidade ao movimento iniciado pelo Brasil na COP30 de construir um mapa do caminho global sobre a implementação da decisão de 2023 de realizar uma transição justa, equitativa e ordenada para longe dos combustíveis fósseis. O que há, e corre o risco de ser o único resultado relacionado ao tema de energia, mas não necessariamente para longe de fontes fósseis, é o anúncio de um compromisso voluntário de eletrificação "35 até 35". Esse compromisso será proposto na agenda de ação para países aderirem voluntariamente e possivelmente também na decisão de capa da COP31. Ele propõe elevar a participação da eletricidade na demanda final de energia a 35% até 2035, mas não pode ser visto como substituto ao eTaff.

Para ser uma contribuição significativa nesse sentido, a meta precisa expressamente vincular essa eletrificação a fontes renováveis, substituindo de fato o uso de fósseis, acompanhada de investimentos em redes, armazenamento e

eficiência energética, e desenhada para ampliar o acesso à energia e a resiliência econômica sem aprofundar desigualdades nem aumentar o endividamento dos países em desenvolvimento e incorporar salvaguardas socioambientais. Também será preciso incorporar a demanda por minerais críticos, com cadeias de suprimento responsáveis e benefícios para os países produtores e comunidades locais, e garantir financiamento, transferência de tecnologia e capacitação de países desenvolvidos a países em desenvolvimento. Sem essas condições, o risco é que a eletrificação seja usada para mascarar a continuidade da produção e da expansão de fósseis.

O mapa do caminho da Presidência da COP30 representa uma importante alavanca para aprofundar as discussões sobre implementação e cooperação rumo ao GST2, mas faz-se necessário que ele receba sinais políticos fortes em Antália e, se possível, a pavimentação desse caminho. Para isso seria necessário reconhecimento formal dos mapas do caminho da Presidência da COP30 em alguma decisão COP31 e/ou no segmento de líderes e uma referência explícita à necessidade de vincular esses roteiros ao GST2. Seria produtivo se as presidências da COP atual e futuras (Turquia/Australia, Etiópia e a Presidência da COP33, a ser anunciada) liderassem esse movimento por meio de uma troika e criassem um espaço de diálogo sobre os roadmaps e suas conclusões do roteiro e suas implicações para o Segundo Balanço Global.

As presidências das COPs 31 e 32 deveriam apoiar a implementação liderada pelos países com um chamado – que poderia estar na Decisão de Capa ou no segmento de líderes – para mapas do caminho nacionais/regionais para serem desenvolvidos ao longo de 2027 e serem apresentados até a COP32, além de eles próprios se comprometerem com tal chamado. Já há um crescente momento para tal, visto que alguns países já apresentaram mapas do caminho de eTaff próprios (França, Holanda e Alemanha) e outros se comprometeram a apresentá-los (Brasil, ilhas do Pacífico). Tal chamado deveria ser encabeçado pelas 20 maiores economias do mundo, como pedido pelo Secretário Geral da ONU em setembro, mas também tem o potencial de receber apoio dos mais de 50 países participantes da Conferência de Santa Marta. Ressalta-se que mapas do caminho nacionais/regionais podem servir como uma ferramenta para que os países em desenvolvimento identifiquem suas necessidades financeiras e ser condicionados ao financiamento do Norte Global.

7. Natureza e biodiversidade

Espera-se que a COP31 adote uma decisão substantiva sobre as sinergias da Convenção do Rio no âmbito do item da agenda sobre "Cooperação com Outras Organizações Internacionais", estabelecendo um processo claro para promover a coerência de políticas, com base nos avanços observados no processo da CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica). Essa decisão poderia fortalecer o "Joint Liason Group" das Convenções do Rio, para apoiar a implementação sincronizada do Acordo de Paris, do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e das Metas de Degradação do Solo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, garantindo uma resposta holística e eficaz à crise interconectada do clima e da biodiversidade.

Em relação ao Mapa do Caminho de Florestas, é esperado que seja recepcionado de alguma forma na COP31 e com orientações sobre o acompanhamento da sua implementação até 2030, reforçando o compromisso assumido no GST1 de eliminação e reversão do desmatamento e da degradação florestal até 2030. Importante destacar a ambição de que o mapa do caminho sirva de insumo para o GST2, bem como se estabeleça na COP31 um processo de continuidade e implementação. Também seria produtivo se as presidências da COP atual e futuras (Turquia/Austrália, Etiópia e a Presidência da COP33 a ser anunciada) liderassem um movimento por meio de uma troika e criassem um espaço de diálogo sobre os mapas do caminho e suas implicações para o segundo Balanço Global, bem como a sua coordenação com os regimes de clima, biodiversidade, comércio, finanças e direitos humanos relativos a florestas. Deve-se fortalecer a participação dos povos indígenas, afrodescendentes, das comunidades locais e das organizações da sociedade civil, a fim de proteger e melhorar a integridade dos ecossistemas florestais e integrar uma perspectiva de transição justa.

8. Oceanos

Ainda não existe, no âmbito da UNFCCC, um caminho estruturado para transformar em entrega o reconhecimento crescente do papel dos ecossistemas marinhos e costeiros na ação climática. Esses ecossistemas armazenam grandes quantidades de carbono e protegem comunidades costeiras, mas seguem sub-representados nos esforços nacionais de biodiversidade e ameaçados pela poluição por plásticos, pelo desenvolvimento urbano descontrolado, pela expansão da exploração de petróleo e gás offshore, pela perspectiva de mineração em águas

profundas e por usinas eólicas offshore sem salvaguardas socioambientais. A prioridade para os oceanos compartilhada pelas presidências da COP31 oferece uma oportunidade para dar coerência às agendas de clima e biodiversidade, incluindo NDCs e NAPs, a meta de proteger ao menos 30% das áreas marinhas e costeiras até 2030 e o Acordo sobre BBNJ (biodiversidade além das jurisdições nacionais), a partir de mandatos já existentes, sem novos itens de agenda. Isso pode ocorrer inclusive por meio de uma decisão de capa ambiciosa que:

- Reconheça o papel crítico do oceano na regulação do clima e a necessidade de proteger os sumidouros oceânicos de carbono para limitar o overshoot e manter 1,5°C ao alcance, inclusive no âmbito da Missão Belém para 1,5;
- Acelere a implementação das ações oceânicas já presentes em NDCs e NAPs, em sinergia com as Estratégias Nacionais de Proteção à Biodiversidade, inclusive por meio do *Blue NDC Challenge* e de sua Força-Tarefa de Implementação, e assegure a consideração do oceano em todas as fases do segundo Balanço Global (GST2);
- Amplie e torne mais rastreável o financiamento climático para o oceano e para a adaptação e resiliência das comunidades costeiras, com base nos resultados do Fórum 2026 do Comitê Permanente de Finanças e por meio das orientações às entidades operacionais do Mecanismo Financeiro;
- Integre de forma sistemática a ação oceânica em todos os processos da UNFCCC (mitigação, adaptação, perdas e danos, financiamento, transparência e transição justa), reforçando o chamado da decisão 1/CP.26 para que programas de trabalho e órgãos constituídos considerem o oceano em seus mandatos e planos de trabalho existentes, inclusive a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas;
- Fortaleça o Diálogo sobre Oceano e Mudança do Clima, com um plano de trabalho plurianual, o reporte consistente dos órgãos constituídos sobre a integração da ação oceânica e a consideração de seus resultados pelo SBSTA, conectando-o às negociações; e
- Assegure que a transição para longe dos combustíveis fósseis contemple o fim da expansão da exploração de petróleo e gás offshore.

9. Agricultura

A COP31 será decisiva para o futuro do Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre a Implementação da Ação Climática na Agricultura e Segurança Alimentar (SJWA), cujo mandato de quatro anos se encerra em 2026. As partes deverão avaliar os resultados desse ciclo, incluindo os workshops, os relatórios de síntese e o funcionamento do portal online, e definir os próximos passos. É importante garantir a continuidade dessa agenda por meio de um mandato específico sobre agricultura e segurança alimentar, orientado à implementação, com objetivos, prioridades , cooperação técnica e acompanhamento de resultados claramente definidos, evitando que a agenda fique restrita ao compartilhamento de informações ou a encaminhamentos exclusivamente procedimentais. O trabalho futuro deve fortalecer a integração da agricultura nas NDCs e nos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), considerando as metas do Balanço Global e as necessidades específicas dos países em desenvolvimento.

O OC espera que a conferência também avance em responder às lacunas sobre meios de implementação para a agenda de agricultura e segurança alimentar. A decisão sobre o futuro do SJWA deve incorporar encaminhamentos relacionados às necessidades e barreiras identificadas nos workshops sobre financiamento, tecnologia e capacitação, as quais limitam a implementação da ação climática na agricultura e pecuária. Paralelamente, nas discussões sobre financiamento climático, é necessário avançar no reconhecimento das necessidades específicas da agricultura familiar e da adaptação rural, com maior disponibilidade de financiamento público, concessional e previsível, além de facilitar o acesso efetivo, claro e simplificado a recursos e fortalecer a assistência técnica, a pesquisa e a transferência de tecnologias, considerando a adaptação e as necessidades de agricultores familiares, pequenos produtores, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades locais.

10. Plano de Ação de Gênero

O OC defende que a COP31, primeira COP sob o Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP 2026–2034), transforme o plano em ação com recursos, vontade política e prestação de contas. O contexto é de ofensiva antidireitos e de tentativas de retirar gênero das agendas multilaterais. Por ter presidido a COP que aprovou o

plano, o Brasil tem responsabilidades e compromissos diante a continuidade e implementação do GAP. Para isso, recomendamos:

- Que as submissões previstas para março e junho de 2027 sirvam de base para o plano e vão além do cumprimento formal, cobrindo saúde, violência contra mulheres e meninas, trabalho de cuidado, impactos sobre pessoas LGBTQIA+, deslocamento e direitos territoriais, com construção conjunta com a sociedade civil, chegando às comunidades da linha de frente e com dados desagregados por raça e etnia;
- Que a decisão assegure aos pontos focais nacionais de gênero e clima mandato oficial, recursos dedicados, acesso aos tomadores de decisão e coordenação com os institutos de estatística, e que seus resultados informem as estratégias climáticas nacionais e a conferência de dados da COP32;
- Que a decisão oriente os fundos a oferecer recursos em doações, flexíveis e plurianuais, que cheguem diretamente a organizações de mulheres, feministas, LGBTQIA+, de base e de defensoras, inclusive por mecanismos descentralizados de repasse, com mulheres negras, indígenas e quilombolas entre as destinatárias prioritárias;
- Que as oficinas regionais previstas até março de 2027 sejam conduzidas por organizações de base, feministas e LGBTQIA+ e orientem as diretrizes de proteção às defensoras ambientais, que devem alcançar mulheres indígenas, afrodescendentes e quilombolas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e jovens que defendem terra, território e água;
- Que a Presidência da COP31 e o Secretariado garantam publicamente a segurança e a participação plena de todas as pessoas em Antália, incluindo defensoras turcas, sem vigilância, detenção, recusa de entrada ou represálias, e que o relatório sobre assédio cubra intimidação e represálias, preveja um canal de denúncia confidencial e seja debatido pelas partes.

11. Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais (LCIPP)

A sociedade civil espera que a COP31 represente um momento de avanço para a LCIPP, especialmente porque a Plataforma estará simultaneamente implementando o Plano de Trabalho de Baku, preparando o Plano de Trabalho 2028–2031 e construindo os insumos para a revisão institucional do Grupo de Trabalho Facilitativo (FWG) prevista para 2027. A expectativa é de que o novo Plano de

Trabalho avance de uma lógica centrada na realização de atividades e intercâmbios para uma abordagem que também fortaleça a incorporação dos resultados da LCIPP nos processos de negociação e implementação climática.

Também há a expectativa de que haja um fortalecimento na interface entre o FWG, as Partes, os Povos Indígenas e as Comunidades Locais. Entre as propostas apresentadas pela sociedade civil para o próximo Plano de Trabalho estão a realização de diálogos mais regulares entre esses atores, a participação da LCIPP em espaços mandatados de outros processos da UNFCCC e uma maior conexão entre as discussões internacionais e as experiências construídas nos territórios. A sociedade civil também espera avanços em transparência, incluindo maior clareza sobre os critérios de seleção de participantes e detentores de conhecimento, dados desagregados sobre participação, diversidade regional e linguística e informações sobre como os conhecimentos e recomendações produzidos nas atividades da Plataforma são posteriormente utilizados.

Por fim, é esperado que a COP31 ajude a amadurecer o debate sobre a governança e a representatividade do próprio FWG, preparando a revisão de 2027. Um dos principais temas é a ausência de representação formal das Comunidades Locais na composição atual do Grupo, apesar de sua crescente participação nas atividades da LCIPP e de previsão das cadeiras em decisão. Entre as propostas em discussão está a inclusão de três cadeiras para representantes de Comunidades Locais, indicados por meio de um processo próprio e representativo, juntamente com uma revisão da representação das Partes que preserve o equilíbrio regional e a presença de grupos como Sids e LDCs. Para que essa participação seja efetiva, a sociedade civil também espera avanços em condições materiais de engajamento, como interpretação, diversidade linguística e financiamento adequado.

O que esperamos do Brasil na COP:

O presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva chega a Antália com boas notícias para dar: o recorde na queda das taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado em 2026, a redução sustentada mais de 650 milhões de toneladas de CO_2 da atmosfera (o equivalente às emissões anuais da Austrália) em três anos, os mapas do caminho para zerar e reverter o desmatamento até 2030 e para a transição para longe dos combustíveis fósseis e, possivelmente, as diretrizes para o mapa do caminho doméstico brasileiro. O Brasil entregará a presidência aos turcos injetando ânimo no processo multilateral.

O OC espera que o Brasil faça esforços para manter o momento político em torno dos mapas do caminho, aproveitando a presença de Lula na Turquia. É preciso fomentar coalizões de países dispostos tanto a produzir seus próprios roteiros quanto a levar o debate sobre implementação da transição energética tanto dentro quanto fora da UNFCCC. Esperamos também que o Brasil reforce na COP31 o compromisso de combate ao racismo ambiental, garantindo que a transição priorize as comunidades mais afetadas pela crise climática.

A entrega dos *roadmaps* às vesperas da COP31 pode e deve ser conectada com o processo da 2ª Conferência para longe dos Combustíveis fósseis, que está sob a liderança conjunta de Tuvalu e Irlanda. Assim como a Colômbia e a Holanda entregaram suas conclusões para a presidência da COP30 incorporar no seu processo, espera-se que a presidência da COP30 faça o mesmo com o seu relatório e entregue aos novos anfitriões e conecte os dois processos, que devem se retroalimentar.

O que esperamos do Brasil dentro de casa:

Após a eleição, o Congresso entra em seus 45 dias mais perigosos de atividade. No apagar das luzes, com uma transição de governo acontecendo e com o país desmobilizado e esgotado após o segundo turno e distraído na ressaca da COP, a tendência é que a legislatura sainte busque aprovar projetos de lei avessos ao meio ambiente. Vários deles buscam reduzir afetar unidades de conservação e terras indígenas, mas três causam preocupação especial: o PL 364/2019, que enfraquece a proteção de vegetação não-florestal e essencialmente libera amplamente o desmatamento no Cerrado, no Pantanal e em outros biomas; o PL 2.564/2025, que impede os embargos remotos do Ibama – principal instrumento responsável pela queda recorde no desmatamento – e o PL 5.900/2025, que amplia a interferência do Ministério da Agricultura em normas ambientais. Além disso, a escalada de violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais, expressão do racismo ambiental, exige que o governo Lula mantenha o compromisso com a demarcação, a titulação de territórios e a proteção integral de defensores e defensoras ambientais.

Todos esses projetos são uma reação de setores ligados ao crime ambiental às ações do governo que levaram à queda no desmatamento. Para que o Brasil siga no rumo de zerar a devastação em 2030, é preciso que o governo federal esteja atento no final do ano e atue na articulação política para que esses projetos do "pacote da destruição" não sejam aprovados.